

**Carlos Coelho e José Manuel Fernandes questionam Comissão Europeia sobre falhas do governo português na aplicação dos fundos europeus**

***Bruxelas, 11 de janeiro 2024***

**Carlos Coelho e José Manuel Fernandes,** Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, questionaram a Comissão Europeia sobre a eficácia e eficiência da aplicação dos fundos europeus pelo governo português, após a publicação do relatório “Fluxos Financeiros entre Portugal e a União Europeia e execução de fundos europeus em 2022” do Tribunal de Contas de Portugal (TC).

O Tribunal de Contas revela que, dos mais de 24 mil milhões de euros dos fundos europeus do período de programação 2021-2027, só 353,9 milhões foram recebidos, nos primeiros dois anos, a título de pré-financiamento, o que significa que Portugal não está a fazer nenhum esforço na execução destes fundos, limitando-se a receber automaticamente a pequena parcela que é adiantada pela Comissão Europeia.

**“*É imperativo programar e aplicar com eficiência estes fundos que devem ser colocados à disposição dos municípios, pessoas e empresas*** *contribuindo para o investimento na coesão, competitividade e sustentabilidade, motores transformadores fundamentais para a economia e qualidade de vida dos portugueses*”, afirma Carlos Coelho. José Manuel Fernandes acrescenta que ***“o Governo português nada planeia, não sabe o que quer, não apresenta projetos de qualidade, mostrando-se incapaz de aproveitar o potencial dos fundos europeus****, privando Portugal de oportunidades únicas de crescimento.”*

Em concreto, os eurodeputados colocaram duas questões à Comissão Europeia:

*As preocupações levantadas pelo TC (sobre a execução incipiente dos fundos e às deficiências e inconsistências nos registros contabilísticos e na monitorização) suscitam algum plano de ação ou revisão por parte da Comissão Europeia, para assegurar a correta e eficiente utilização dos fundos em Portugal?*

*O TC assinala atrasos recorrentes nos pagamentos de Recursos Próprios Tradicionais à Comissão Europeia, com custos adicionais de cerca de 45 milhões de euros em juros ao longo de dez anos. A Comissão Europeia está ciente de quaisquer esforços por parte do governo português para resolver estes atrasos? Estes continuam a ocorrer? Que medidas são recomendadas para assegurar a eficácia destes pagamentos no futuro, evitando perdas financeiras semelhantes?*

A pergunta dos eurodeputados Carlos Coelho e José Manuel Fernandes foi também subscrita por Paulo Rangel, Lídia Pereira, Maria da Graça Carvalho e Cláudia Monteiro de Aguiar.

Carlos Coelho e José Manuel Fernandes

**Deputados ao Parlamento Europeu** carlos.coelho@europarl.europa.eu josemanuel.fernandes@europarl.europa.eu